

## RESENHAS

RICOEUR, Paul.

**Em torno ao político.** São Paulo: Loyola. 1995. (trad. Marcelo Perine).

Paul Ricoeur, sem dúvida, é um dos mais férteis e um dos mais importantes filósofos da atualidade. A sua obra é muito vasta e complexa, merecendo, aqui no Brasil, maior atenção e estudo.

No campo da Filosofia Social, da Política e da Ética, Ricoeur nos aponta os novos conflitos surgidos na sociedade pós-industrial, além de nos mostrar os conflitos ainda não resolvidos até o presente. Ele discute questões a respeito do exercício do poder, do funcionamento da democracia e da justiça social, propondo um maior equilíbrio na distribuição dos bens materiais e culturais na sociedade.

**Em torno ao político** é composto de alguns artigos traduzidos de **Lectures 1**, autorizados pelo próprio autor. O livro está dividido em três partes:

A primeira, O **Paradoxo Político**, é composta por artigos que discutem as idéias políticas e sociais de Hannah Arendt, Jan Patocka, Éric Weil e Karl Jaspers; autores que são fontes de Ricoeur.

Na segunda parte, **Política, Linguagem e Teoria da Justiça**, Ricoeur analisa o justo entre o legal e o bom; em seguida, tenta uma aproximação com John Rawls, analisando a questão da autonomia moral e à fixação do contrato social; e por último, faz uma discussão a respeito da teoria da justiça de John Rawls.

Na sua terceira parte, **A Saibedoria Prática**, o filósofo francês apresenta propostas práticas para as ações políticas e alternativas para tentarmos amenizar os conflitos surgidos na sociedade

contemporânea. Esta é composta pelos seguintes artigos: **Tarefas do Educador Político; Ética e Moral e Tolerância; Intolerância Intolerável.**

Basta coletânea de alguns artigos de Ricoeur nos abre novas perspectivas para uma reflexão filosófica a respeito da sociedade, pois vivemos na atualidade uma crise de algumas interpretações marxistas a respeito do fenômeno político-social e econômico.

Ricoeur nos mostra a necessidade de retomarmos as discussões a respeito da organização social e do funcionamento da política, presentes na filosofia clássica e nos filósofos iluministas, que foram deixadas de lado na contemporaneidade ou substituídas por questões técnicas e burocráticas. Para ele, também é preciso retomarmos as discussões éticas, em busca de um novo contrato social de um novo pacto social.

É um excelente livro, que nos convida à leitura de outras obras de Ricoeur e de autores afins.

**Marcelo Felix Tura**

Mestrando em Filosofia PUC-Campinas

CESAR, Constança M.

**A Hermenêutica francesa: Bachelard.** Campinas: Alínea, 1996, 140p.

Esta obra, como já ressalta a autora no prefácio, é dividida em duas partes, escritas em diferentes épocas: a primeira, entre 1971 e 1973, discorre sobre as fontes filosóficas de Bachelard, principalmente na sua relação com Brunschvicg; e a segunda, entre 1991 e 1994, "corresponde a um Bachelard revisitado, após as leituras de Durand e, especialmente, de Ricoeur"(p.7).

Na primeira parte do texto, "Brunschvicg e Bachelard", é buscada, num primeiro momento, a explicitação da possibilidade de influência do primeiro sobre o segundo. Para isto se recorreu tanto a um apanhado biográfico e bibliográfico, comprovando contatos e temas comuns, quanto à análise da adesão de ambos ao método histórico-crítico (cap.2) e de suas fontes filosóficas, próximas do idealismo e do espiritualismo na filosofia francesa, assim como do combate de ambos ao positivismo empirista (cap.3).

Num segundo momento, mas ainda na primeira parte, a influência entre os autores é *comprovada* através do estudo do problema da gênese do conhecimento em Bachelard, das citações que ele faz de Brunschvicg e da similaridade entre suas epistemologias, da profundidade da relação entre elas. No capítulo 4, último da primeira. parte, é feita urna abordagem temática ampla, onde se reúnem textos de Brunschvicg e Bachelard sobre temas como o conceito de epistemologia, as etapas da evolução do conhecimento, o idealismo e o racionalismo, o conhecimento comum e o conhecimento científico, entre outros, onde se comprova a similaridade das teorias de ambos e a influência entre elas. Toda esta abordagem é feita no que poderíamos chamar de urna "leve profundidade", a profundidade

necessária ao apontamento de pontos de convergência e algumas divergências entre os autores estudados.

Na segunda parte do livro, "Relativismo, Ceticismo e Antidogmatismo", se parte da questão de se saber se o conceito de verdade aproximativa de Bachelard representa uma superação do dogmatismo e serve de ponto de partida para uma ética da ciência. Esta parte do livro é mais densa no estudo direto da obra bachelardiana, uma vez que se volta sobre temas e conceitos específicos intercalados de forma mais sistemática.

Ao colocar a busca de aprimoramento pessoal como objetivo da vida humana, Bachelard, cujo modelo de homem é o criador, cientista e poeta, chega a propor um critério ético de verdade, em íntima relação com a filosofia da ciência e, como é assinalado pela autora, com a poesia. "Sua filosofia pode ser abordada como uma crítica ao ceticismo e ao dogmatismo, em favor de uma ciência aberta" (p.64), relacionando verdade, ética e os valores racionais a serviço do ideal humano de felicidade e criação.

Bachelard pretende superar o dogmatismo através do conceito de verdade aproximativa, com a possibilidade de um conhecimento aberto (cap. 1), através do combate ao cartesianismo, à racionalidade científica, à lógica clássica e à epistemologia (cap. 3). No segundo capítulo desta parte se analisa a relação de Bachelard com o seu tempo por meio da teoria da relatividade. Na última seção da segunda parte pode-se perceber o quanto ele, no relacionamento entre verdade e ética, valoriza a racionalidade e simultaneamente, o diálogo entre o sujeito cognoscente e o "outro" (um tu vigilante), numa perspectiva relacional que garante a fecundidade do conhecimento enquanto tal.

O livro "termina" com um apêndice sobre "O Cosmos de Fogo de Gaston Bachelard" e com uma ampla bibliografia dele, sobre ele e acerca dos temas que ele aborda. É certo afirmar que se o intento

do presente livro era fornecer uma visão geral e ampla da filosofia bachelardiana, com o aprofundamento na relação entre Bachelard e Brunschvicg e, ao mesmo tempo, fornecer subsídios conceituais para a compreensão da relação entre verdade e ética, antidogmatismo, ceticismo e relativismo, certamente atingiu seu objetivo.

**Adriana Delbó Lopes**

Instituto de Filosofia - PUC-Campinas

BLEICHER, Josef.

*Hermenêutica contemporânea* Trad. Maria Georgina Segurado. Lisboa, Edições 70, 1992.

Josef Bleicher é professor de filosofia nos Estados Unidos e tem dedicado especial atenção ao debate entre as principais tendências do pensamento hermenêutico contemporâneo.

O livro define hermenêutica como teoria da interpretação do sentido e se divide em quatro partes: Teoria Hermenêutica, Filosofia Hermenêutica, Hermenêutica Crítica e Síntese e Novas Perspectivas.

A primeira parte compreende dois capítulos, enfocando desde o aparecimento da hermenêutica clássica, passando pela hermenêutica romântica e pela histórica, com destaque para Dilthey, até a teoria hermenêutica de Betti. Dilthey se destaca por ter conseguido estabelecer "a função necessária e igualmente autotélica [...] de qualquer expressão humana para a existência individual ou social" (p.21). Para Dilthey, entretanto, a objetividade hermenêutica deve aspirar "a um grau de certeza e generalidade que, por norma, é atribuído às ciências naturais" (p.39). Isto impede que a relação intérprete-texto, caracterizada por ele como uma relação sujeito/sujeito, não consiga libertar-se da relação cientificista sujeito/objeto.

Para Betti, "a interpretação é um meio para alcançar a Compreensão." (p.71). Sua metodologia da interpretação visa impedir que "influências de caráter subjetivista [intervenham] na interpretação objetiva das objetivações da mente" (p.61). Por isso mesmo, também Betti não vai "apreender o processo da compreensão como um processo dialético entre dois sujeitos," (p.46) ficando preso à relação sujeito-objeto.

Na Filosofia Hermenêutica "o interesse passa agora da interpretação objetiva para uma análise transcendental [...] que se debruça sobre a construção existencial da compreensão possível, do ponto de vista da existência ativa." (p.135) O indivíduo se apercebe da sua dívida para com a tradição e da sua responsabilidade em relação ao futuro. Em Heidegger, há uma "compreensão prévia", pela qual apreendemos algo antecipadamente. (p. 143). A compreensão deixa de ser resultado da interpretação metódica para se tornar "o Ser enquanto existir. O modo de ser que o Dasein possui, enquanto poder-ser, consiste, existencialmente, na compreensão..." (p.145).

Gadamer vai acentuar o aspecto lingüístico ou a lingüisticidade da compreensão. Reabilitando a noção de "preconceito", ele estabelece a historicidade da compreensão, reabilitando também a autoridade (não o autoritarismo) e a tradição (preconceitos legítimos). Em Gadamer, "A compreensão não é uma idealização a partir de princípios, mas o desenvolvimento do conhecimento por nós adquirido, a partir de um contexto mais vasto e que é determinado pela linguagem que usamos". (p.170). A filosofia hermenêutica nos alerta para o perigo do objetivismo subjacente à abordagem metódica da interpretação das expressões humanas.

Na terceira parte, Bleicher se volta para o que ele chama de Hermenêutica Crítica, centrada, principalmente, em Apel e Habermas. Esta tendência hermenêutica levanta a desconfiança sobre as reivindicações de verdade na obra de um autor ou na tradição adotada por uma determinada pessoa. "A experiência das meias-verdades, mentiras, propaganda, opressão do pensamento, censura, etc. , constituem, à primeira vista, um argumento contra a aceitação incontestada das afirmações de existência de estruturas ideológicas, a violência sobre as mentes das pessoas, exercida pelo "conhecimento falso". (p.201-2). A Hermenêutica Crítica distingue o sentido subjetivo do sentido objetivo nos atos sociais.

Na última parte, Bleicher sintetiza as tendências hermenêuticas apresentadas e aponta novas perspectivas. A teoria hermenêutica "procura uma solução para o problema da compreensão objetiva do sentido." (p.297). Betti pretendeu "um caminho metodicamente seguro para a explicação das objetivações da mente"

(p.298). A filosofia hermenêutica colocou texto e intérprete como 'pertencendo' a uma mesma tradição. A hermenêutica crítica introduziu a desconfiança quanto às pretensões de verdade num autor ou na tradição de uma pessoa.

Ricoeur, através de sua teoria do conflito das interpretações, "articula as teorias da hermenêutica, até aqui avançadas, considerando a determinação reconstrutiva do sentido objetivo e a apropriação existencial do sentido tradicional como igualmente justificadas e funcionando a diferentes níveis estratégicos". (p.302) .

Finalmente, Bleicher explora os caminhos abertos à filosofia contemporânea, tentando dar um sentido aceitável à noção de existência, um sentido que exprimiria a renovação da fenomenologia através da hermenêutica" (p. 327)

A apresentação de "leituras", com textos dos representantes das principais tendências hermenêuticas, dá ao leitor a possibilidade de acesso "em primeira mão" aos problemas tratados.

O livro pode ser indicado àqueles que têm interesse em filosofia contemporânea. Por tratar de questões epistemológicas da sociologia relacionadas à hermenêutica, é também indicado àqueles que têm interesse na sociologia, e nas ciências sociais, de modo geral.

Por se tratar de uma "visão panorâmica", com o objetivo de levar o leitor a "aprofundar o estudo dos teóricos referidos e do tema em geral", o livro seria pressupostamente destinado aos principiantes. Entretanto, não se trata de uma leitura fácil para aqueles que não possuem uma visão inicial em filosofia. Além disso, Bleicher dificulta mais ainda esta leitura aos principiantes, quando apresenta idéias e conceitos de um autor através da opinião e do debate com outros autores, (p. 56, 59 e outras), em vez de usar uma forma mais simples e didática, apresentando cada autor através de seus próprios textos.

**Odilon Pinto de Mesquita Filho**

Especialização em Filosofia Contemporânea - Universidade Estadual de Santa Cruz.



GUIMARÃES, Aquiles Cortes.

*Cinco Lições de Filosofia do Direito*. Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 1997.

O autor é bacharel em Direito, bacharel, licenciado, mestre e doutor em Filosofia pela via dos cursos regulares ministrados nas universidades a partir do início dos anos setenta.

É, ainda, professor aposentado da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde teve a oportunidade de implantar a disciplina Filosofia do Direito no curso de graduação e a disciplina Teorias da Justiça no curso de mestrado em Direito da Cidade, cujo projeto elaborou e coordenou.

Integra, ademais, desde 1970, o Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, espaço onde teve toda a sua formação acadêmica.

A sua trajetória de investigação foi marcada pela atmosfera fenomenológico-existencial disseminada na UFRJ a partir do pioneiro trabalho de Milton Campos há mais de meio século.

Busca com o presente trabalho a instauração de um debate que poderá vir a ser fecundo, mormente num momento como o atual, em que se em Direito, obrigatoriedade esta que entende possa vir a se constituir em grande passo na direção da compreensão do pensamento jurídico ocidental e também do brasileiro.

Divide o livro em cinco "Lições", que pretende sejam um convite ao exercício do pensamento, sem qualquer pretensão dogmática. É, em suma, uma verdadeira investigação sobre *fundamentos*.

Ao apresentar a primeira lição, faz a clássica pergunta: o que é Filosofia? Acrescenta ser impossível responder diretamente a

tal pergunta, sendo o caso, isso sim, tentar-se entender a questão dos princípios, origem e do sentido do mundo circundante, além de procurar-se a resposta para a questão do objeto da Filosofia.

A esta questão, o autor logo responde, afirmando ser o objeto da Filosofia o *fundamento*, sendo certo que até o final do século XIX para esta pergunta foram apresentadas diversas respostas. Para alguns, o objeto da Filosofia seria o ser e o ser de suprema grandeza, o *ser supremo* - Deus. Em contraposição a essa idéia houve a emergência do *materialismo*, para quem o objeto da Filosofia seria a matéria em sentido amplo. Já para a corrente *vitalista*, fruto dos avanços dos estudos biológicos, o objeto da Filosofia seria a vida.

A filosofia, para o autor seria, em suma, a investigação sobre os fundamentos, especialmente sobre o fundamento último do conhecimento que, sob a perspectiva do *idealismo transcendental*, deverá ser afirmado *a priori* a partir da subjetividade.

E o fundamento maior do conhecimento está na experiência.

E a Filosofia é, portanto, o exercício supremo do espírito na busca da justificação do mundo e, fundamentalmente, da existência humana.

Na segunda lição o autor tenta esboçar diretrizes e horizontes daquilo que denomina fundamentos do direito, partindo da idéia de que toda norma, emanada da consciência, é garantia que se destina a manter o equilíbrio existencial da pessoa humana.

Descarta o autor, desde logo, a idéia de que o fundamento do Direito estaria no Estado, eis que este, longe de ser fundamento de qualquer coisa, é apenas cristalização do poder político, indispensável à convivência humana ante a existência do mal.

Como a idéia da Justiça é, para o autor, inata e a sua questão tem sido objeto de preocupação ao longo de toda a história da Filosofia, este apresenta os seus preceitos impercíveis, quais sejam: o viver honestamente, o não lesar a ninguém e o dar a cada um o que é seu, que representam o imprescindível ideal da humanidade na

trajetória da convivência histórico-social. Os fundamentos do Direito não podem, assim, ser buscados fora dos horizontes da idéia de Justiça.

Mas, na realidade, o fundamento do direito está na consciência humana e não no campo da normatividade. O Direito transcende a lei, por mais eficaz que seja a ordem jurídica, que sempre terá como referência a subjetividade, embasada na maneira como o homem apreende os valores, cujo reino transcende a concretude da experiência e só é percebido pela dita intuição emocional.

Na lição III, o autor tenta verificar os lineamentos daquilo que denomina fundamentos da Justiça. E o faz partindo, mais uma vez, do reconhecimento de que é o próprio homem a única realidade constituinte do justo, o que leva à conclusão de que o fundamento da Justiça é a consciência humana.

A Justiça supõe, por sua vez, a possibilidade da existência do Direito na sua realização fática, sendo o caso de se perguntar sobre a maneira pela qual se pode constituir o mundo jurídico como espaço da realização da Justiça. Fatalmente será através do retorno à subjetividade, eis que as instituições estatais se desvanecem na sua própria historicidade.

Não se cansa de repetir o autor que a estrutura normativa só pode ter origem na consciência legisladora, o que não quer dizer que a norma será fundamento de Direito e muito menos da Justiça. Na verdade os fundamentos da Justiça deverão ser perquiridos além da fenomenalidade do Estado, na consciência enquanto iluminação originária do justo, eis que todos os valores emanam dessa consciência.

Já na lição IV busca o autor respostas para a questão dos valores, a partir da já explicitada idéia de que a justiça é um valor que se funda na consciência humana, bem como, na de que o direito e a justiça são possibilidades engendradas pela ser humano para a realização da necessária coexistência.

Daí conclui pela inexistência de valores fora da consciência humana, já que estes somente poderão ser realizados no processo de cultura.

Mas, afinal, indaga o autor, o que são os valores? Nada, a menos que a consciência os considere através da chamada intuição emocional. E as intencionalidades valorativas só existem geradas em função do bem e do mal.

Os valores, segundo o autor, sendo idealidades transcendentais, estão sempre referidos concretamente à vivência da justiça, já que são possibilidades imaginadas e captadas pela intuição emocional.

Ao considerar, finalmente os valores dentro do plano da liberdade, entendida esta como valor inato que revela a absoluta autonomia do homem, o autor considera, em sendo o homem o ser liberdade, ser consciência, que o valor liberdade, será, por isso mesmo, valor supremo intuído a partir da subjetividade transcendental, mas cuja realização se coloca como *condição de realizabilidade* de todos os outros valores.

No entanto, conclui o autor, o ato de valorar quase sempre não decorre da reflexão sobre os fatos, mas sobre as urgências de segurança, supostamente abrigadas pelo direito.

Na última lição indaga o autor acerca do princípio que funda o direito de punir, bem como dos paradigmas que sustentam a força operante do Estado em atingir a liberdade ou a vida de alguém.

Desde logo afirma que tal fundamento está na *obrigatoriedade da coexistência*. O Estado é, em última análise, o senhor do direito de punir, ao estabelecer regras de conduta e fixar penas.

Já a obrigatoriedade da coexistência se enraíza no diálogo, caracterizado pela argumentação, para além da qual, restam apenas as mútuas acusações, os insultos e a degradação do sentido do humano que o deveria presidir.

O direito de punir se manifesta no controle do comportamento, atendendo ao pressuposto da necessidade de excluir certos indivíduos do universo da obrigatoriedade da existência.

Resta, enfim, evidente para o autor a impossibilidade de tornar claros os fundamentos do direito de punir fora do dito artificialismo normativo, destinado à dominação do "outro".

Com efeito, a consciência humana é o fundamento do direito de punir pois somente ela é capaz de valorar e somente ela nos mostra a obrigatoriedade de coexistência como fundamento último do direito e da moral, valendo dizer-se que o crime e os demais atos ilícitos são agressões que incompatibilizam com a liberdade, esfera originária de realização da existência humana enquanto possibilidade.

O livro alcança plenamente seus objetivos, especialmente no que diz respeito a suscitar o necessário debate sobre o ensino da Filosofia do Direito em nossas escolas, motivo pelo qual não deve faltar nas bibliotecas não apenas dos estudantes de direito, senão que também e principalmente dos professores que pretendem tratar desta disciplina.

**JOSE LUIZ VIGNA SILVA**

Especialização em Direito - PUC-Campinas

FREITAG, Barbara

**Itinerários de Antígona**

Campinas: Papires, 1992, 308 p.

Esta obra de Bárbara Freitag apresenta de forma singular, os ecos da tradição grega, onde a *polis* era o centro ds vida política, social e familiar e o saber se definia como um saber prático, capaz de mediar as ações dos cidadãos.

*Itinerários de Antígona* revaloriza a tendência da filosofia como interprete, e não matriz do ethos moderno, sendo tragédia de Antígona o "ho condutor" que acompanha a autora durante tudo o percurso do livro. A peça de Sófocles fornece-lhe o material de reflexão, texto e pretexto para o tema da moralidade, e os autores estudados, de Platão a Habermas, correspondem aos personagens. Seus diálogos são substituídos pelos discursos filosófico, sociológico e psicológico.

Freitag argumenta que muitos dos condicionais introduzidos em sua reflexão somente procuram deixar claro que as ações humanas não são itinerários prontos, isto é, já traçados. Entende a autora, que o tratamento da questão da moralidade dos gregos aos nossos dias foi sendo fracionada, desmembrada e passou a ser submetida a uma divisão do trabalho: "Os teóricos e críticos literários, filósofos, historiadores, psicólogos, sociólogos, cientistas políticos e outros escolhem um ao outro aspecto do seu interesse, desenvolvendo-o em todos os detalhes, sem ocupar-se dos demais, deixados a encargo de outros especialistas igualmente unilaterais'.

A referência à moralidade entre os gregos da Antigüidade Clássica tem por isso mesmo uma função metafórica. Ela faz alusão à possibiliáada de apresentar o toma da moralidade em sua complexidade, som reduzir sua dimensão e sem perder de vista a unidade e coerência da questão.

A autora acredita que um tratamento que busque na herança filosófica da Ilustração, na Teoria da Sociedade Crítica e na Psicologia Genética os elementos para delimitar as condições de possibilidade de nossas ações, pode responder melhor às muitas perguntas levantadas, em torno do: "Como devo agir". Este tipo de tratamento permite buscar respostas capazes e a definir o espaço da liberdade de cada ator em contextos sociais e políticos pré-estruturados.

A questão da moralidade, como diz, não se reduz a uma questão exclusivamente prática para se resolvida pela razão prática. Ela é simultaneamente teórica e prática e Antígona é o pretexto, o mito ao qual recorreu para fazer perguntas e buscar respostas possíveis para o agir moral.

Na primeira parte da obra - intitulada "A Filosofia da Moralidade" se agrupam três estudos onde Freitag procede uma reconstrução da moralidade entre os gregos: "Dramaturgos e filósofos não polarizavam a relação cidadão-polis, porque percebiam os seres humanos como membros integrantes de uma comunidade (oikos-polis) e não como sujeitos singularizados fora de um contexto social. Agir corretamente significava seguir a lei da polis, fixada pelos filósofos e políticos, empenhados na verdade e no bem coletivo, adequando-a ao caso particular".

Na "Moralidade da Ilustração" afirma que os princípios orientadores da ação foram buscados fora da religião, fundamentando na razão a responsabilidade do indivíduo pelos seus atos e dependendo a igualdade dos homens entre si. Nela examina de forma detalhada as teorias morais de Rousseau e Kant.

Em "Moralidade e Eticidade" analisa como Hegel introduz com precisão o conceito de moralidade individual e reserva o conceito de eticidade (Sittlichkeit) para a ação moral praticada no coletivo que Hegel enriquece a questão da moralidade, chamando a atenção para diferenças e sutilezas não tematizadas por seus antecessores.

A segunda parte da obra - que recebeu o título de "A Sociologia da Moralidade" - abrange dois estudos os quais possuem

como denominador comum os problemas levantados pelos "clássicos da sociologia" para a "normatividade social".

Destaca uma Gesnurgsethik, ética da convicção, subjacente à obra de Marx, o que lhe dá unidade e coerência. Mostra como Marx distancia-se da filosofia Iluminista e retoma o seu tema central: "O dever do homem e da humanidade de realizar um mundo social melhor, além dos costumes existentes". Analisa, também, o conjunto da obra de Max Weber onde distingue pelo menos três papéis: o do cientista, o do político e o do homem comum, inserido em uma cultura histórica cada. A cada papel correspondendo uma ética própria.

No segundo tópico, da "Moralidade à normatividade social", examina, primeiramente, o sociologismo de Émile Durkheim, como restaurador da hegemonia do social sobre o indivíduo. Em seguida, analisa a teoria sistêmica de Talcott Parsons, cujas alternativas de orientação para uma situação e ou dilemas de ação, diz que não são associados ao valor positivo da liberdade. Segue-se uma discussão comparativa destas duas teorias sociológicas onde afirma que a questão da moralidade reaparece sob a fórmula da normatividade da sociedade, no caso de Durkheim; e que Parsons, a confunde com o ideal de sociedade, uma vez que faz "apologia do sistema", portanto confundindo moralidade com a forma de análise do conteúdo social.

A terceira parte da obra - que recebeu o título de "A Psicologia da Moralidade" - abrange dois tópicos, os quais possuem como denominador comum o estudo da estrutura genética da consciência moral. Apresenta a contribuição inovadora da teoria moral de Piaget, que restaura no campo da Psicologia Genética experimental a dialética entre indivíduo e sociedade. Afirma que seu caráter inovador está no resgate da autonomia moral do sujeito, postulando como falsa a oposição entre moralidade e eticidade: "A consciência moral individual resulta da sociedade e esta, por sua vez, depende da individual".

Em "moralidade e educação moral" mostra de que forma o estudo da teoria moral de Lawrence Kohlberg ampliou o horizonte dos



debates a respeito da questão da moralidade, no campo da psicologia cognitiva genética. Diz que Kohlberg permanece fiel a um conceito de moralidade, calcado sobre o princípio de justiça, extensivo a todos.

Na quarta parte intitulada "Utna Tentativa de Síntese"-Freitag conclui seu estudo através de dois temas quais sejam: "Da teoria da ação comunicativa a ética discursiva" e "A questão da Moralidade: um Saldo". Nela abandona a metáfora e pergunta se não haveria uma teoria ética capaz de integrar vários pontos de vista. Mostra que de todas as teorias disponíveis, a que mais perto chega a essa pretensão, segundo seu modo de entender, é a ética discursiva de Jürgen Habermas.

Para Freitag a ética discursiva de Habermas é decorrente de sua teoria da ação comunicativa e confunde-se com ela. Uma e outra esforça-se por resgatar um conceito comunicativo de razão e uma visão moderna de sociedade, onde os atores deveriam se inserir não como peças mecânicas, inconscientes do que fazem, mas como personagens conscientes e responsáveis por suas ações.

Segundo a autora, a questão da moralidade não seria, pois, o problema de um indivíduo, um partido ou uma sociedade, como não seria privativa da filosofia ou de uma ciência particular. "A questão da moralidade é questão de todos e de cada um (...). É a questão central da vida em sociedade e indissociável de um projeto racional, justo e democrático para toda a humanidade, em todas as suas manifestações históricas presentes e futuras".

Trata-se de um livro que consideramos altamente recomendável, de cuja leitura tirarão proveito todas aqueles comprometidos com um processo reflexivo crítico, e com uma posição axiológica de maior coerência entre posições teóricas e ações práticas.

**Maria Eliza Vieira Elias**

Mestranda em Filosofia Social - PUC-Campinas

SEVERINO, Antonio Joaquim.

**Metodologia do Trabalho Científico.** 20ª edição revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 1996. 272 pp.

No prefácio à edição de 1985 o Professor Severino deixa claro seu propósito: "ser um instrumento adequado de apoio ao trabalho didático-científico na Universidade" e ainda "introduzir os estudantes a hábitos de estudo científico que lhes possibilitassem o desenvolvimento de uma vida intelectual disciplinada e sistematizada."

Esta proposta-intenção vem se consolidando ao longo destes 20 anos - a 1ª edição foi lançada em agosto de 1975 - em mais de 200 mil exemplares editados. Seu autor dispensa apresentações, pois atuando no ensino nos últimos 30 anos e com sua larga experiência vem entregando ao público seus diversos trabalhos nas áreas de filosofia, filosofia da educação e educação brasileira.

Ao longo dos 7 capítulos desta obra os estudantes recém chegados à Universidade são orientados sobre "A organização da vida de estudos na Universidade" (Capítulo I). A necessidade de uma conscientização, em relação às exigências desse novo processo e os instrumentos que deve conhecer e explorar. Através de "Fluxograma da vida de estudos" (pg. 33) sugere uma dinâmica de estudos que deve ser seguida para que se obtenha melhor aproveitamento das diversas disciplinas e leituras.

No Capítulo II - A documentação como método de estudo pessoal, ressalta a importância da documentação como forma de estudo, isto é, organizar de forma prática e criteriosa os documentos que serão utilizados para a reflexão.

A documentação temática, feita através da leitura pessoal e apontamentos de aulas, se completa com a documentação bibliográfica.

fica que é "um acervo de informações sobre livros, artigos e demais trabalhos que existem sobre determinados assuntos..."(pg. 39) Desta forma, preservam-se documentos que poderiam ser facilmente perdidos, organiza-se a vida de estudos e permite uma maior compreensão da temática desenvolvida.

O livro nos dá, inclusive, modelos para as diferentes fichas de documentação, orientando assim para uma padronização no acesso às informações.

O terceiro capítulo - Diretrizes para a leitura, análise e interpretação de textos, aborda uma dificuldade presente nos estudantes em compreender os textos teóricos, visto que são acostumados apenas aos textos literários. Para evitar que essa dificuldade inicial se transforme numa barreira intransponível torna-se necessário reconhecer os problemas específicos e os recursos para a compreensão da mensagem do autor.

Assim são oferecidos os recursos da Análise textual - onde se faz uma leitura rápida porém atenta de uma unidade delimitada, esclarecem-se as dúvidas em relação ao vocabulário específico, autores citados e suas doutrinas e processa-se um primeiro esquema do texto.

Já na Análise temática procura-se determinar a idéia central, o problema que o autor vai tratar, além das idéias secundárias. Processa-se, neste momento, um esquema da estrutura lógica e da seqüência de idéias do autor.

A Análise interpretativa se constitui na interpretação do texto propriamente, isto é, sua contextualização, associação com outras idéias correlatas, a apreciação e o juízo pessoal.

De posse deste aparato pode-se partir para a discussão do texto e para a síntese pessoal, ou seja, levantar e discutir problemas relacionados com a mensagem contida no texto e reelaborar esta mensagem a partir das suas reflexões.

O quarto capítulo - Diretrizes para a realização de um Seminário, nos mostra como tornar este instrumento em um momento

produtivo de aprendizagem e reflexão. Para que isto se dê é necessário a participação de todos os alunos, desde a leitura do texto básico, se possível também de todo o material temático, de um trabalho anterior de problematização e de uma participação ativa nas discussões em grupo e plenária.

Nestes quatro capítulos o livro faz uma abordagem genérica da vida de estudos do aluno na universidade. A partir do 5º Capítulo - Diretrizes para a elaboração de uma monografia científica, a abordagem se torna mais específica à produção de trabalhos científicos de natureza teórica segundo metodologia e exigências impostas.

A necessidade de uma preparação metódica e planejada no trabalho científico pressupõe momentos específicos, quais sejam: a determinação do tema-problema; levantamento da bibliografia; leitura e documentação desta bibliografia; construção lógica do trabalho e redação do texto. Cada um destes itens é tratado de forma bastante clara para que o aluno fique ciente que não é só na pós-graduação que ele deverá produzir seus textos. Esta experiência deve se dar durante toda a vida acadêmica e serve como iniciação à pesquisa e reflexão.

O livro nos dá também aspectos técnicos da apresentação gráfica do trabalho, analisando as diferentes formas de inserção de notas, anexos e referências, bem como da bibliografia elaborada. Discute, ainda, outras formas de trabalhos científicos utilizados na Universidade tanto a nível de graduação quanto da pós-graduação (Capítulo VI - Observações metodológicas referentes aos trabalhos de pós-graduação).

Para encerrar o livro, o Capítulo VII - Pré-requisitos lógicos do trabalho científico, nos põe em contato com alguns elementos de lógica necessários à análise do discurso lingüístico na apresentação de um trabalho científico. O texto final do trabalho é o relatório de uma pesquisa que começa com um tema-problema e procura se explicitar através de uma argumentação coerente e concisa que prevê todas as possíveis refutações e cuja conclusão é aquela que se pretende demonstrar.

Fechando este trabalho, fornece parte do instrumental disponível ao trabalho do estudante brasileiro. São anexos extraídos dos catálogos da CBL, do SNEL, e da ABEU, além de 194 editoras, sobre revistas, dicionários, bibliografias e endereços das editoras que podem fornecer o material necessário à vida de estudos na Universidade. Também uma bibliografia comentada que coloca o leitor em contato com outras obras do gênero.

Sem dúvida o livro do Professor Severino alcança seu intento sendo não uma "iniciação", como ele nos diz na introdução (pg. 21) mas ele próprio um poderoso instrumento para a pesquisa científica. Permite-nos conhecer as necessidades inerentes à atividade intelectual bem como as "armas" que dispõe o estudante para vencer esta batalha e empreender uma verdadeira jornada ao longo de toda a sua vida acadêmica futura.

**Maria Cristina Leite Gomes**

Curso de Filosofia - PUC-Campinas

COSTA, José Silveira da.

**Averrois - O aristotelismo radical:**

2ª Ed. - São Paulo: Moderna, Coleção Logos, 1994, 102p.

Prof. José Silveira da Costa desenvolveu seus primeiros estudos no Brasil. Graduiu-se como Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Licenciou-se, em teologia, pela Pontifícia Universidade Gregoriana, em 1962. Posteriormente, doutorou-se, em filosofia, pela Pontifícia Universidade de Santo Tomás de Aquino, em Roma no ano de 1964, e sua tese foi "O fundamento psicológico do realismo tomista", publicada pela PUC/RJ, em 1972. Em 1988/89 pós-doutorou-se, sob a orientação do arabista espanhol Miguel Cruz Hernandez, na Universidade Autônoma de Madri, realizando pesquisas sobre a influência da filosofia hispanomuçulmana na escolástica cristã medieval. Dedicou-se ao ensino universitário de filosofia, no Brasil, de 1972 até 1991, quando então, aposentou-se. Atualmente é professor adjunto no Departamento de Filosofia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Autor do livro "Tomás de Aquino: a razão a serviço da fé", Ed. Moderna e co-autor de "Curso de Filosofia" da Zahar Editores, com o capítulo "A filosofia cristã".

Tendo, como objetivo principal, retomar o pensamento de Averrois, ao escrever este livro, o professor Silveira da Costa nos proporciona a oportunidade de lermos sobre tão importante filósofo árabe, sob uma ótica atual e livre de dogmas. Baseando-se nos trabalhos desenvolvidos por Miguel Hernandez Cruz, pode trazer-nos, em hora oportuna, a filosofia de Averrois, descompromissada, livre, sem barreiras culturais e religiosas, enriquecendo a filosofia.

Em cada tópico, o autor tece comentários esclarecedores e retoma o pensamento do filósofo cordobês de maneira clara e

elucidativa, tornando a leitura agradável e proveitosa. Ao final do livro, encontramos questões para uma reflexão abrangente, que muito auxilia o leitor a interpretar, com profundidade, o pensamento filosófico de Averrois, aprofundando, sobremaneira, o seu próprio ato de filosofar.

À guisa de situar o filósofo em um contexto histórico e social, Silveira da Costa nos reporta à história. A Península Ibérica foi dominada pelos árabes muçulmanos no início do século VIII. Na Espanha invadida, na cidade de Córdoba, instalou-se o reino hispano-muçulmano de Al-Andaluz. Por vários séculos, profundas transformações políticas, sociais e religiosas ocorreram, e os povos, com suas culturas, idiomas e religiões conviveram de forma pacífica. Nesta cidade, no ano de 1126, nasceu o grande filósofo Abu-l-Walid Muhammad Ibn Ruchd, reconhecido pelos ocidentais como Averrois. Filho de família abastada e culta, recebeu educação corânica tradicional seguida pela judaica. Foi médico e, respeitando a tradição de sua família, foi jurista notório. Na concepção islâmica, o jurista detém caráter triplice: civil, religioso e político. No ano de 1198 foi acusado e condenado por impiedade religiosa, pois recusara-se a participar da Guerra Santa contra os cristãos, fato comum entre os muçulmanos, pois os mesmos entendiam que a guerra era uma opção e não uma imposição. Teve sua pena suspensa por um sultão almóada, mas morreu meses depois, neste mesmo ano.

Averrois, segundo o autor, era homem de índole correta, crente e ortodoxo, manteve estudos profundos e reflexões enriquecedoras do pensamento aristotélico. Retomou e ampliou teorias, deixando uma grande bibliografia, baseada nos conceitos filosóficos e ontológicos do estagirista. Inteligente e especulativo, tinha domínio da tradição científica, filosófica e literária do Islam e o conhecimento da ciência e filosofia grega. Isto permitiu-lhe um posicionamento crítico e pessoal quanto à interpretação de uma série de problemas. Ao ler Aristóteles, expôs, de maneira clara e independente, a pura filosofia, identificando a essência e os fundamentos da física e metafísica aristotélica. A partir destas leituras, atacou dura-

mente outro filósofo árabe, Avicena e suas interpretações neoplatonizantes (p. 29).

Em suas obras, diz o autor, manteve-se fiel ao "Corpus aristotelicum arabum" (p.22), apenas referindo-se à República de Platão por esta preencher a lacuna deixada pela ausência da "Política" de Aristóteles, obra que não foi incluída nos estudos dos muçulmanos. O resultado de seus escritos foi chamado pelos escolásticos latinos de Comentários Menores, para os compêndios de iniciação filosófica, Comentários Médios, para as paráfrases, e Comentários Maiores para os verdadeiros comentários literais aristotélicos. Estes, mais tarde, serviram de modelo para Santo Tomás de Aquino. Os comentários Médios foram utilizados pelos escolásticos com a intenção de ora apoiar, ora rechaçar as principais teses do chamado "averroísmo latino" (p.23).

O filósofo cordobês, mesmo contrariando o pensamento muçulmano quanto à crença na realidade e unidade do cosmos, defendeu a idéia de que, baseado nos conceitos aristotélicos, a filosofia não depende da ajuda da revelação divina e nem está subordinada à experiência empírica. Para ele o universo só faz sentido aqui e agora, isto é, constitui objeto atual de conhecimento do ser humano vivente e pensante, submetido ao movimento e às mudanças. Este pensamento combateu veementemente as afirmações feitas anteriormente por Avicena. Desta forma, o autor explicita a clareza das idéias averroístas, baseadas em Aristóteles, onde fica delimitado o território da teologia e da filosofia (p.29).

Ao referir-se à teoria do conhecimento, o autor deixa clara também a defesa feita por Averrois ao defrontar-se com o ceticismo difundido por toda a península através do teólogo Mutakallium Al-Ghazali, quando este escreveu o livro "A destruição dos filósofos" (p.31-32). Sua refutação ao ceticismo parte do mesmo pressuposto que este se fundamenta: a existência de um Deus criador do universo. O filósofo cordobês escreveu um livro direcionado à Al-Ghazali - "A destruição da destruição dos filósofos", com o objetivo de demonstrar,



novamente, uma nova ótica ao princípio do arbítrio divino e a predestinação do homem, valorizando a filosofia e seu direito de existência no contexto do Islam, (p.32).

A metafísica é abordada com clareza, ficando explicitada a sua coerência aristotélica. O autor, através de Averrois, faz inteligentemente, explicações, comentários e exemplificações dos conceitos e princípios metafísicos. Conclui afirmando que "a metafísica procura identificar os princípios da substância enquanto tal, o que nos leva à conclusão de que a substância separada é a causa da substância física. Por isso, toda consideração metafísica deve ser precedida pelo conhecimento e pela análise exaustiva da realidade física, o que aliás, é o caminho seguido por toda filosofia de autêntica inspiração aristotélica" (p.35-40).

A antropologia de Averrois tem como base a estrutura hilemórfica do homem, com uma visão mais voltada à biologia, à anatomia e à psicologia do que com o conceito antropológico propriamente dito. Não deixa de ter também, segundo o autor, o conceito aristotélico de que o homem é um microcosmo que permanece em relação constante com o cosmos, ambos condicionados reciprocamente. A hilemorfia de Averrois se apresenta em três níveis diferentes: vegetativo, sensitivo e intelectivo, (p.41 ).

As complexas questões sobre a alma, o entendimento humano e sua unicidade, são amplamente ventiladas pelo prof. Silveira da Costa, com esclarecimentos, comparações e citações de outros pensadores, filósofos e teólogos que, ao longo da história, retomaram estes conceitos. Evidencia-se a impossibilidade de compreender o verdadeiro sentido do pensamento de Averrois devido à interferência, como também, à incompreensão dos escolásticos latinos, que criaram uma celeuma no que tange a concepção muçulmana da unidade coletiva. Para eles era inaceitável esta concepção pois entendiam-na a partir da visão personalista cristã. Alguns até, como S. Alberto Magno e S. Tomás de Aquino, acusaram-no de negar a imortalidade da alma individual e, com isto, a liberdade e a responsa-

bilidade moral. Fica explicitado pelo autor a dificuldade que Averrois teve de defender seus princípios (p.41-45).

A Ética é concebida por Averrois com uma dimensão social e não solitária e isolada, como consideravam seus antecessores, o que foi demonstrado pelo professor. A originalidade do pensamento averroista é abordada na "Ética e a sociedade", dividindo-a em duas partes: a primeira trata das condutas, dos costumes e de suas correlações em geral, e a segunda estuda o modo como se organizam concretamente os costumes dos diversos grupos sociais e como os indivíduos alcançam a verdade e a felicidade. Deve-se ressaltar também o conceito de liberdade, que para Averrois é consequência de sua cosmovisão metafísica. A indeterminação não pode ser confundida com indeterminismo voluntarista; ao contrário, o homem deve respeitar a ordem cósmica estabelecida pelo criador ao escolher livremente sobre algo, (p.46-47).

Como foi explicado pelo autor no início desta obra, dada a ausência de estudos sobre o livro de Aristóteles "A Política", pois este era desconhecido pelos muçulmanos, Averrois reconstruiu os fundamentos da doutrina aristotélica através dos escritos "Ética à Nicômaco", "Metafísica", e "Retórica". O filósofo parte da necessidade natural de cooperação entre todos os membros da sociedade, para que consigam satisfazer suas necessidades e alcancem a perfeição. Estabelece o conceito platônico de "pirâmide social", onde em seu topo estão os sábios, sucedidos pelos que buscam a honra, e por último os indivíduos comuns, que buscam o prazer e sua virtude deve ser a temperança. As formas de governo idealizam a sociedade justa, segundo o modelo grego da pólis, (p.48-50).

Discorre-se a seguir o abrangente e conturbado tema sobre "A Filosofia da religião" e "Filosofia e religião". Fica esclarecida, pelo autor, a diferença profunda entre estes dois conceitos. Segundo a visão de Averrois, que muitas vezes foi interpretado segundo a visão religiosa ou ideológica, feita por quem o tivesse retomado, o prof. Silveira da Costa esclarece imparcialmente esta abordagem, elucidando, refletindo e explicando as concepções de seus comentadores e estudiosos afins. Fica-nos claro que Averrois procura harmonizar a razão com a fé, mas a partir da filosofia (p.50-55).

A partir da página 56, considerações foram feitas pelo autor sobre a repercussão histórica do pensamento de Averrois. O primeiro a retomar seus escritos foi Maimônides, no Cairo - Egito (1135-1204), mesmo sendo de cultura e religião judaicas. No ocidente latino foi o monge e filósofo inglês Roger Bacon (1214-1294). Muitos outros retomaram seus pensamentos, mas prevalecendo a doutrina de Avicena. Apenas em João de Vilaseca, Santo Tomás e Siger de Brabant encontramos o pensamento do ilustre filósofo cordobês. Entre os cristãos, cabe destacar o pensamento que fez com que Santo Tomás, em sua atividade filosófico-teológica, tomasse por base os conceitos de Averrois - "o raciocínio filosófico não pode levar-nos a nenhuma conclusão contrária à revelação, porque a verdade não pode contradizer a verdade, mas harmonizar-se com ela e servir de testemunho para confirmá-la". Na segunda metade do século XIII, a Europa foi tomada por pensamentos revolucionários. A importante Universidade de Paris foi agitada pelo chamado "averroísmo latino". Enriquecedoras leituras, discussões, etc., foram propagadas no meio estudantil filosófico e cultural. Mas devido a barreira cristã, que impunha seu dogmatismo, Averrois foi visto como "vencido" na batalha por uma ideologia dominante. Até nas artes plásticas pode ser comprovado tal conceito, em uma pintura exposta na Capela dos Espanhóis, onde Averrois está sentado sob os pés de S. Tomás (p.61).

No decorrer da história, sob a influência da Igreja, forte e poderosa, todos os estudos filosóficos foram subordinados à censura cristã, como bem sabemos. Aristóteles, Averrois e outros sucumbiram diante do dogmatismo cristão. Enjaulados e mal interpretados, (p.56-68).

Encontramos, desde a página 70 até 95, reflexões profundas, retomadas literalmente dos escritos de Averrois, sobre todas as suas teorias, e as considerações feitas pelo autor a partir destes ensinamentos.

**Lucilia Maria Goulart de Andrade Bonfim**

Curso de Filosofia - PUC-Campinas